

## Fuleco: o mascote da copa de 2014



Uma eleição que durou três meses definiu o nome do mascote da Copa de 2014: Fuleco. Divulgado oficialmente pela Fifa, o nome é a fusão de “futebol” e “ecologia” e batiza Tatu-Bola.

Apesar de ter sido eleito com 48% dos votos, o nome foi alvo de piadas na internet por fazer referência ao termo fuleiro, por exemplo. A escolha, então, foi questionada pelo vereador Fernando Dourado. “Li que foi o nome que ganhou o maior número de aprovações. Mas fico pensando naquela brincadeira de escola, lá do primeiro grau, quando se ia escolher o representante de turma, e por graça se escolhia o pior, aquele

que possuía menos capacidade, só de brincadeira. Coisa típica de moleque, de um jovem. E com esse Fuleco foi a mesma coisa”, comentou.

O parlamentar também acrescentou a definição de um termo semelhante no dicionário, que gera confusão com o nome. “No dicionário brasileiro existe o termo fulecar, que quer dizer perder todo o dinheiro que se leva para o jogo. É isso que é fulecar. Então, de onde se tirou que a mascote da copa tem de ser Fuleco? Ora, o Fuleco então é aquele que gosta de fulecar. Aí está virando graça”, comentou.

Mesmo em meio a questionamentos sobre o nome, a Fifa garante que ele permanecerá. Fuleco disputou as votações com outros dois nomes escolhidos pela Fifa: Zuzeco, que é a combinação de “azul” e “ecologia”; e Amijubi, junção de “amizade” e “júbilo”.



*“Ao longo do meu trabalho da Câmara Municipal de Belém, gostaria de parabenizar o vereador Fernando Dourado pelo seu desempenho. Esse parlamentar é um exemplo de compromisso, responsabilidade e preocupação com todos os moradores da capital paraense. O Dr. Fernando é um vereador sempre presente nas sessões, discutindo os assuntos da pauta, ativo na luta e defesa da nossa população. Com certeza, uma pessoa que fará falta nesta Casa”, vereador Bispo Rocha, PMDB.*

## É preciso frear abusos da atual gestão



Insatisfeito com o descompromisso da atual administração municipal de Belém, o vereador Fernando Dourado cobrou atenção dos demais parlamentares para não deixar que abusos sejam feitos de forma desenfreada. “É preciso manter esse alerta porque muita coisa de ruim pode acontecer. Algumas até já estão acontecendo, como a falta de limpeza da cidade. Então é preciso frear essa questão”, destacou.

Mais uma vez o vereador lembrou que a conduta antiética vista frequentemente na atual gestão de Belém. São funcionários sendo contratados e admitidos pela Prefeitura ao fim do mandato. “Passaram anos e anos sem admitir os funcionários concursados, contratando temporários. Foi até objeto de manifestação nesta

Casa, haja vista que o Tribunal de Contas dos Municípios tem negado e rejeitado o cadastramento de contratos temporários da Prefeitura de Belém há anos. São mais de três mil contratos que tiveram o cadastramento negado pelo Tribunal de Contas dos Municípios, pela necessidade de se fazer concurso, pela necessidade de se admitir os contratados. Isso não foi feito. E agora, no fim da administração, a Prefeitura de Belém está colocando esses funcionários, como uma forma de dizer que fez, como se fossem lesos, como se diz na gíria”, contestou Dourado.

O parlamentar também comentou outros casos que prejudicam a população, como aprovação “na marra” de contas do prefeito Duciomar e concessão de serviços em processos duvidosos. Para Dourado, essas ações caracterizam uma verdadeira farra da prefeitura em menos de 30 dias para transição de gestão.

## Aberrações

Ao questionar a atual administração, Fernando Dourado ressaltou algumas situações vivenciadas recentemente por todos na cidade. Uma delas diz respeito às duas mil concessões dadas ao mototaxistas: ao final do seu mandato, o prefeito inicia esse processo, no apagar das luzes. A

grande questão é que durante oito anos, não havia preocupação em relação a isso. “É para privilegiar as pessoas que estão atreladas aos grupos que fazem parte dessa turma de aloprados? fico me perguntando”, disse Dourado.

Outro ponto de conflito é a concessão de serviços para o Portal da Amazônia, que será entregue a empresas cuja administração vai durar 25 anos. A pressa no processo licitatório coloca em dúvida o caráter ético e legal da ação.

*“É para privilegiar as pessoas que estão atreladas aos grupos que fazem parte dessa turma de aloprados? fico me perguntando...”*

Ao final, o vereador citou a publicação do resultado de uma licitação, no jornal Diário do Pará, na última semana. Foi realizada a contratação de uma empresa por 17 milhões de reais, para que ela preste serviço de supervisão das obras da Augusto Montenegro e da Almirante Barroso, obras essas que seriam as do BRT, com prestação de contas do trabalho junto a agentes financeiros. “Esse foi o resultado da licitação para tal empresa fazer... Agora espero que o compromisso com a população seja cumprido, pois esse valor corresponde à construção de 17 UPAs nessa cidade”, comentou Dourado.

## Vereador discute prestação de contas



Em seu pronunciamento na Câmara Municipal de Belém (CMB), o vereador Fernando Dourado comentou sobre o processo de deverá acontecer na Casa para prestação de contas da Prefeitura.

Na sessão anterior, o presidente da CMB, vereador Raimundo Castro, disse que um acordo entre lideranças partidárias havia sido feito para que a prestação fosse feita

rapidamente, pulando etapas do processo normal. Contudo, Dourado contestou a informação, dizendo que não havia recebido nenhuma conta do município e não concordava com esse processo.

“Vou logo avisando, ainda nem recebi essas contas, não tive a oportunidade nem de enxergá-las quanto mais de analisá-las, e não votarei... Quero deixar bem claro que não há nenhum acordo de liderança. Sou o líder do Partido Social Democrático (PSD) e não acertei nenhum acordo para avaliar, votar ou apreciar conta de prefeito. Seja o Duciomar Costa, seja o ex-prefeito Edmilson Rodrigues, nada. Quero que o trâmite seja o normal...”, alertou o parlamentar.

Outros vereadores concordaram com Fernando Dourado e relataram que também não foram consultados sobre o acordo de lideranças, como o líder do PT, Otávio Pinheiro, do PP, Sahid Xerfan, e do PDT, Rildo Pessoa.

Dourado mais uma vez esclareceu que não houve nenhum acordo, que a

prestação de contas é uma obrigação que deve ser cumprida, e é dever de cada vereador analisá-las. A espera é que os procedimentos normais sejam cumpridos: as contas devem ser enviadas aos gabinetes para que cada parlamentar possa fazer sua avaliação e votar da forma que deve ser votada.

“Até a prestação de contas da secretaria de Saúde, que é uma exigência, não está sendo mais feita. Fizemos aí um negócio de uma peça teatral, colocaram uns trimestres passados, mas já está atrasada há mais de ano, e não é feita a prestação de contas da secretaria de Saúde, que é uma obrigação legal, está na lei”, denunciou Dourado.

O vereador voltou a repetir que uma atitude como essa é, no mínimo, antiética e que esse momento deve ser visto com compromisso por todos os parlamentares da Casa. “Se depender das nossas bancadas, vamos querer seriedade na apreciação dessas contas. Não sei se vai passar, porque depende do que enxergarmos lá. Mas passar na marra, de roldão, não vai passar, não. Não vamos aceitar esse tipo de coisa”, comentou Dourado.

## Projeto de lei ganha repercussão em rádio e impresso

Essa semana o projeto de lei de autoria do vereador Fernando Dourado entrou em pauta no jornal O Liberal e na Rádio CNB e recebeu o apoio de diversos cidadãos. O parlamentar comentou sobre a nova lei, que deve entrar em vigor no próximo ano, que trata sobre a obrigatoriedade das agências bancárias disponibilizarem vagas de estacionamento gratuitas para seus clientes e usuários.

Com aprovação no último dia 22, a lei determina que as agências que possuem, no mínimo, três caixas ou máquinas de autoatendimento para a população deverão ofertar vagas na proporção mínima de duas para cada caixa existente na respectiva agência bancária ou posto de atendimento expresso.

“Elaborei esse projeto a todos os cidadãos de Belém que, além de enfrentarem

filas para resolverem seus problemas bancários, precisam lidar com os transtornos logo na chegada às agências, porque muitas não oferecem o serviço de estacionamento para seus clientes”, justifica o vereador.

Após a publicação no Diário Oficial do Município, a lei deve entrar em vigor em até 90 dias. Contudo, o Executivo deve regulamentá-la no prazo de 180 dias a partir da data de sua publicação. Se a medida não for respeitada, o infrator fica sujeito à multa de 20 mil reais por vaga não disponibilizada, aplicada em dobro em caso de reincidência.

*Que neste fim de ano que se aproxima,  
nossos sonhos e projetos sejam renovados  
para que possamos ter um 2013  
cheio de sucesso e realizações.  
Desde já, um Feliz Natal a todos e que saúde,  
paz e amor estejam sempre em nossos caminhos.*

